DOI: 10.5433/1984-3356.2022v15n29p250-279

As tropas do governo provisório na guerra civil de 1932: formação, estrutura e historiografia

Troops of the provisional government in the civil war of 1932: training, structure and historiography

Raimundo Helio Lopes[1]

Resumo: O presente artigo busca analisar as tropas do Governo Provisório que lutaram na guerra civil de 1932, mais conhecida como "Revolução Constitucionalista de 1932". Para tanto, inicialmente concentrar-se-á na formação e estrutura das tropas, investigando como elas foram construídas a partir da opção do governo federal e da ação dos interventores estaduais. As tropas varguistas foram compostas por militares das forças armadas, polícias estaduais e voluntários, de modo similar às tropas arregimentas pelo estado de São Paulo. Em um segundo momento, o artigo analisa como as tropas do Governo Provisório foram retratadas na historiografia, acadêmica ou não, sobre o evento. Nesse aspecto, é notório que o discurso construído pelos adversários paulistas sobre essas forças, marcado pela desqualificação e depreciação, foi forte e amplo e ainda hoje é recorrente na maioria das análises sobre esse evento.
Palavras-chave: Guerra civil de 1932; Governo Provisório; História Militar; São Paulo; Historiografia

Abstract: This article seeks to analyze the troops of the Provisional Government that fought in the civil war in 1932, better known as the "Constitutionalist Revolution of 1932". To do so, it will initially focus on the formation and structure of troops, analyzing how they were built based on the option of the federal government and the action of state interveners. The "Varguista" troops were assembled from members of the armed forces, state police and volunteers, similarly to the troops recruited by the state of São Paulo. In a second moment, the article analyzes how the troops of the Provisional Government were portrayed in the historiography, academic or not, about the event. In this regard, it is clear that the discourse constructed by São Paulo's opponents about these forces, marked by disqualification and depreciation, was strong and broad and is still recurrent in most analyzes of this event today.
Keywords: Civil war of 1932; Provisional Government; military history; São Paulo; Historiography

Introdução

O evento conhecido como "Revolução Constitucionalista de 1932" é um dos temas mais explorados pela memória oficial do Estado de São Paulo. Para rememorar esse conflito, há uma data no calendário oficial do estado – o feriado de 9 de julho, instituído em 1997 – assim como um monumento no espaço público da cidade, o Obelisco Mausoléu aos Heróis de 32, mais conhecido Obelisco do Ibirapuera, inaugurado em 1955.

No formato de publicações, essa efusão não é menor, e começou ainda mais cedo. Já foram documentadas 271 obras referentes a esse tema, quer sejam livros, trabalhos acadêmicos ou memórias (PAULA, 1998, p. 25). Deste universo, impressiona notar que 114 foram publicadas entre os anos de 1932 e 1938 (ABREU, 2010, p. 85), a maioria editada no estado de São Paulo.

A narrativa paulista desse evento – quer seja na literatura, na memória ou na política – atuou "em sintonia nas tarefas de combater o 'inimigo de São Paulo' e emoldurar, a *posteriori*, no discurso grandiloquente de representação do passado regional, a insubordinação" (RODRIGUES, 2009, p. 265). Nessas análises que buscam explicar esse conflito da perspectiva de São Paulo, entendendo-o como um "Revolução Constitucionalista", a elite paulista opositora ao Governo Provisório no imediato pós-30 explorou a ideia de uma identidade regional, que valorizava os aguerridos paulistas que se mobilizaram para lutar por sua terra contra a "ditadura" do Governo Provisório, que a "invadiu", tomando-lhe sua autonomia política. A proeminência de São Paulo, tido como o grande centro defensor e impulsionador do país, foi representada na figura do "bandeirante", estratégia que não surgiu nos anos de 1930, mas que foi amplificada nessa conjuntura. A luta pela constituição era missão dos paulistas, os "defensores da nação", para redimir o Brasil dos "incivilizados", "tenentes" e "ditatoriais". Mesmo derrotado em armas, São Paulo venceu a guerra, logo batizada por eles de "Revolução Constitucionalista". Ainda nessas narrativas, os paulistas – mesmo abandonados pelos outros estados da federação e traídos pela Força Pública estadual que abaixou suas armas mediante um acordo com o Governo Provisório à revelia do povo e das tropas – foram dignos de suas tradições, na sua luta heroica contra um exército numericamente bastante superior.

A derrota bélica, para esses discursos construídos durante e imediatamente após o conflito, foi até proveitosa, pois, independente da vitória, a luta do povo paulista deu frutos. Ela garantiu o retorno constitucional, permitiu a superação das divergências partidárias em São Paulo e abriu caminho para

uma nova "mentalidade" política do estado, purificada pelo "espírito renovador das trincheiras". Tais elementos foram consolidados na vitória da Chapa Única Por São Paulo Unido nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1933 e pela autonomia garantida com a chegada de Armando Salles de Oliveira à interventoria estadual logo depois (RODRIGUES, 2009, p. 334-337). Desse modo,

> [...] em sintonia com o otimismo trazido pelo instante político [vitória da Chapa Única por São Paulo Unido e a chegada à interventoria estadual de Armando Salles de Oliveira] germina, no âmbito nacional, um processo violento de enquadramento da memória de 1932. Não se tratava, evidentemente, de uma simples "montagem ideológica", por definição frágil, mas intentos, ainda não vinculados ao Estado, de, a partir de elementos presentes na conjuntura, fazer submergir, sobretudo em São Paulo, as lembranças críticas e minoritárias quanto ao confronto armado. [...] Na disputa pela memória que se avolumava em São Paulo, seria a corrente interpretativa mais ufanista, beneficiada pelos mecanismos do político, que teria a supremacia de pautar aquilo que deveria ser lembrado e preservado para as gerações posteriores (RODRIGUES, 2009, p. 313-314).

Entendo enquadramento de memória como a construção de uma determinada interpretação sobre o passado, a partir da memória. De modo não arbitrário, diversos atores socais, na enunciação de sucessivos discursos, constroem uma coesão de grupo, sendo, para tal, a memória um fator aglutinador determinante. Tais operações de enquadramento da memória, além de custosas e elaboradas, não são estanques no tempo. Elas passam por disputas e variações, dialogando, por exemplo, com tensões políticas, sempre em busca de coerência, unidade, continuidade e organização no ato de lembrar, visando fortalecer e dar sentido ao grupo social que reivindica essa memória enquadrada. No entanto, esses enquadramentos possuem fissuras, pois na tensão entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, determinadas experiências e memórias que concorrem com aquelas que buscam a unidade por meio do enquadramento são silenciadas, e, por vezes, ressignificadas (POLLACK, 1989)[2].

A construção desse enquadramento sobre "a memória de 1932", que teve a elite paulista como grande artífice, soterrou outras narrativas críticas ao movimento[3]. Para tanto, foi também fundamental obliterar como foi construída

a defesa do Governo Provisório durante a guerra. Melhor dizendo, mais do que esquecer, foi preciso construir, dentro desse enquadramento de memória ufanista, uma narrativa muito peculiar para as tropas do Governo Provisório que participaram do conflito: são pouco citadas, as complexidades inerentes a sua formação e estrutura são minimizadas e os milhares de militares e voluntários que lutaram são comumente estereotipados de modo depreciativo. Ou seja, praticamente apaga-se que o recém estabelecido governo de Getúlio Vargas contou com apoio massivo dos outros estados do país, que combateram ameaças em seus territórios e, principalmente, enviaram milhares de tropas, regulares e provisórias, para uma guerra que envolveu todo o país.

Desse modo, considerar esse evento como uma "Revolução Constitucionalista" é entendê-lo como protagonizado exclusivamente por São Paulo, reafirmando valores regionais paulistas, que exaltam seu passado, (re)constroem uma "identidade paulista" e dão um lugar de destaque para o estado dentro da história nacional. No entanto, ao encará-lo como uma guerra civil[4], fugindo dessa narrativa habilmente construída, esse conflito deve ser entendido como nacional, posto ter mobilizado o país inteiro na defesa do Governo Provisório, tanto política quando militarmente. Nesse sentido, é notório perceber em um dos primeiros trabalhos que levantaram a bibliografia produzida sobre esse evento, quando da comemoração dos seus 40 anos, apenas uma obra citada se refira a ele como guerra civil. Vale notar o resumo apresentado pelo autor:

> CARVALHO, Florentino de (Primitivo Soares). *A Guerra Civil em 1932 em São Paulo*. São Paulo: Ed. Ariel, 1932. 136 p.
> Análise e crítica à revolução paulista, através das causas sociais que a determinaram. Além de político, o movimento representou uma luta de classes, de raças e de castas (CAMARGO, 1972, p. 215).

A obra acima citada é uma daquelas que foram "submergidas" durante o processo de enquadramento da memória sobre a guerra que teve início imediatamente após a deposição das armas, justamente por ter uma visão diferente daquela ufanista que foi perpetuada[5]. O modo como esse livro é intitulado e descrito reafirma o ponto que aqui defendo: entender esse conflito como uma guerra civil é fugir de uma perspectiva que o analisa dentro de parâmetros memoriais de exaltação de uma determinada elite paulista, e que, ainda hoje, é bastante corrente nas produções, acadêmicas ou não, sobre o tema.

Stanley Hilton (1982, p. 101), autor da importante obra *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*, afirma:

> Durante quase três meses São Paulo e o resto do Brasil se digladiaram numa luta civil sangrenta, a pior da história contemporânea do país. Foi uma guerra de verdade, de duas potências que se mobilizaram quase totalmente para o conflito. Foi, entretanto, um conflito entre forças desiguais, e o fato de São Paulo ter resistido [...] durante várias semanas refletia substancialmente a pujança industrial e moral daquele grande Estado. Nos dois lados havia enormes problemas militares a resolver, divergências de comando, atritos de personalidades e de métodos, heróis e covardes, espiões e colaboradores – e havia o povo sofrendo privações e sacrifícios de toda ordem.

Este artigo busca, desse modo, em primeiro lugar, compreender a história das tropas do Governo Provisório que participaram da guerra civil de 1932 e, em seguida, analisar o modo como recorrentemente são retratadas nas obras sobre o conflito.

As tropas do Governo Provisório: militares, forças públicas estaduais e voluntários

Durante a Primeira República, a força política e econômica do estado de São Paulo era inegável, o que se estendia, também, para suas forças militares. A polícia estadual paulista era sabidamente a maior, mais bem armada e preparada de todo país (CARVALHO, 2019a, p. 50-51; McCANN, 2007, p. 146-151; 314-329). Foi contra esse inimigo, com reconhecida estrutura financeira e militar, que o Governo Provisório teve que formar seus exércitos para a guerra civil de 1932. Utilizo o plural, pois entendo a heterogeneidade das forças arregimentadas pelo Governo Provisório como uma marca fundamental para compreendê-las. Se foi, como Hilton afirmou, "um conflito entre forças desiguais", essa afirmação não pode ser naturalizada, ou seja, é preciso entender como o Governo Provisório construiu um aparato bélico heterogêneo e ao mesmo tempo superior ao adversário.

A composição militar dos soldados e oficiais dos exércitos varguistas foi semelhante à das tropas paulistas. Eles foram formados pelas forças regulares do Exército estacionadas em vários estados do país, pelas polícias estaduais

– chamadas também de forças públicas ou brigadas militares – e por tropas constituídas a partir do alistamento de voluntários, estas igualmente conhecidas como forças irregulares ou batalhões provisórios. Na documentação essas forças aparecem muitas vezes misturadas, sendo bastante comum os voluntários ingressarem naquelas outras duas, aumentando, ou completando, seu efetivo.

Diante da gravidade do conflito, foi uma determinação quase que óbvia a convocação de militares em serviço nas guarnições das forças armadas estacionadas em todo o país e fiéis ao Governo Provisório. Entre os militares de carreira, só compuseram as tropas paulistas aqueles sediados em São Paulo e em parte do Mato Grosso. Sobre este estado, o papel do general Bertoldo Klinger foi decisivo na conspiração militar contra o Governo Provisório. Antes do início da guerra civil, ele era o líder da Circunscrição Militar de Mato Grosso e sua reação à nomeação do general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso para o Ministério da Guerra, nos últimos dias de junho de 1932, em substituição ao general Leite de Castro, foi o estopim do conflito. Antes de partir de Mato Grosso, Klinger sublevou a Circunscrição Militar sob seu comando, concentrando forças na parte sul do estado. Essas forças chegaram a nomear um governador militar para a região – Vespasiano Barbosa Martins –, mas a parte norte do estado, sob a interventoria de Leônidas Antero de Matos, continuou fiel ao Governo Provisório. Klinger se comprometera com os líderes paulistas a levar consigo para São Paulo 5.000 soldados, mas, no dia 12 de julho, quando chegou na capital paulista, onde assumiu o posto de comandante militar das tropas constitucionalistas, só estava acompanhado de apenas cerca de cem. Assim, as tropas militares mato-grossenses sediadas no sul do estado lutaram ao lado dos constitucionalistas, enquanto as do norte integraram os exércitos varguistas (HILTON, 1982, p. 88, 113, 122; McCANN, 2007, p. 406-411).[6]

Mesmo com grande parte do exército nacional ao lado do Governo Provisório, os interventores estaduais colocaram à disposição de Vargas as polícias estaduais desde as primeiras horas da guerra civil. Esse tipo de tropa participou efetivamente do conflito, tendo registro de forças policiais estaduais de pelo menos 18 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (HILTON, 1982; LOPES, 2014)[7]. Talvez o mais "ilustre" representante desse tipo de tropa foi o futuro presidente da República Juscelino Kubitschek, capitão-médico da força pública de Minas Gerais. Também vale registrar que atuaram na Brigada Militar gaúcha enviada para o front, como voluntários, Benjamim

Vargas e Lutero Vargas, respectivamente irmão e filho do presidente, e Gregório Fortunato, personagem que teve participação decisiva na crise que culminou no suicídio do presidente em 1954.[8]

É fácil entender o envolvimento desses sujeitos no conflito: militares de carreira, quer federais, quer estaduais, participaram da guerra por convocação de seus superiores, que recebiam ordens vindas de uma cadeia de comando encabeçada pelo Palácio do Catete e ramificada nas interventorias. No entanto, nos estados esse processo não ocorreu sem peculiaridades importantes, como conflitos internos, desfiles públicos, aproximações com a imprensa, escolha de quantos partiriam e de quais ficavam nos estados. Uma guerra não se vence apenas no front: era necessário ficar atento à retaguarda, reforçando nos estados a vigilância sobre aqueles que se mostravam simpáticos ao constitucionalismo imediato e/ou faziam oposição ao interventor. Durante a guerra civil de 1932, a acusação de "favorável a São Paulo" foi, muitas vezes, pretexto para sufocar oposições locais em todo o país. Além disso, os militares efetivos que ficavam nos estados atuavam na organização e no treinamento das tropas em formação (LOPES, 2009, 2014).

A força do empenho militar do Governo Provisório refletiu-se na verba federal destinada ao Exército no ano de 1932, que saltou de 13,3% do ano anterior para 25%, ou seja, um quarto de toda a distribuição orçamentária (CARVALHO, 2019b, p. 131-132). Parte considerável desses recursos foram para gastos logísticos, especialmente de transporte, fardamento e armamento. Tal verba também foi destinada para a formação de tropas provisórias ou irregulares, compostas por milhares de voluntários de todo o país que se apresentavam para o combate[9].

O alistamento de voluntários nos exércitos varguistas, mais do que enviar soldados ao front, tornou a guerra civil de 1932, efetivamente, um conflito nacional. Stanley Hilton cita, a partir da correspondência entre os interventores e Vargas, de modo panorâmico, a existência de tropas voluntárias nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Soma-se a elas os voluntários vindos dos estados do Norte – Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – e de Santa Catarina (HILTON, 1982, p. 171-175; LOPES, 2014).[10] Ou seja, das 22 unidades federativas (20 estados, mais o Distrito Federal e o território federal do Acre) pelo menos 19 unidades federativas enviaram tropas voluntárias para o combate.

Em síntese, considerando os militares de carreira, as polícias estaduais e os voluntários, todos os estados enviaram tropas para defender o Governo

Provisório, com exceção de São Paulo, o grande oponente a ser derrotado, e do território federal do Acre. Esta unidade federativa, por sinal, ofereceu tropas para a guerra civil, o que não foi aceito pelo presidente (LOPES, 2014, p. 224).

Mesmo com a pujança e a inegável presença de voluntários de todo o país, quase que diariamente chegando dos seus estados para o combate, nos primeiros dias após a deflagração da guerra civil, a opção por esse tipo de força não era uma determinação oficial, nem tinha a simpatia dos maiores líderes militares do Governo Provisório. Ela só se confirmou graças à autorização direta de Getulio Vargas, a despeito do desagrado da cúpula militar de seu governo. Para tal, a necessidade de tropas por parte do governo e a pressão dos interventores estaduais pelo alistamento voluntário (HILTON, 1982, p. 174) foi determinante, principalmente daqueles da região "Norte".

O Norte do imediato pós-30 era a região geopolítica formada pelo território federal do Acre e pelos estados do Amazonas até o Espírito Santo. Essas 13 unidades da federação tinham em seus postos de comandos, especialmente nas interventorias, civis e militares que se definiam com a identidade política de "revolucionários nortistas". Esses personagens reconheciam e alimentavam a liderança de Juarez Távora no Governo Provisório, e acreditavam que o novo momento político iniciado no Brasil com a revolução de 30 só teria cumprido seu papel quando o Norte que lideravam estivesse recuperado das práticas políticas que vigoraram durante a Primeira República, assim como, em um duplo movimento, a região ocupasse lugar de destaque junto ao governo federal na nova configuração política nacional. Em um processo complexo, enquanto vigou o Governo Provisório, o Norte construiu-se como o seu maior aliado, tendo sido a guerra civil de 1932 o grande momento de apoio a Vargas, o que foi materializado na repressão aos apoiadores do constitucionalismo imediato na região e no envio de milhares de soldados para o front de batalhas (LOPES, 2014).

O presidente, reconhecendo o papel político que o alistamento de voluntários tinha naquele contexto, teve que se opor ao que lhe aconselhava seus líderes militares, como, por exemplo, Góis Monteiro, Tasso Fragoso e o próprio ministro da Guerra. Esse tipo de tropa era visto como mal treinadas, sem material bélico e potenciais focos para fortalecimento de forças regionais opositoras ao Governo Provisório. Durante todo o conflito, nas comunicações oficiais entre os líderes militares e o Palácio do Catete, foi recorrente a crítica ao voluntariado – crítica, que, por sinal, também havia nos exércitos de São Paulo (HILTON, 1982, p. 106-108; 137-141).

A opção por tropas de voluntários para guerrear ao lado de forças militares regulares se deu por três motivos. Em primeiro lugar, deveu-se a necessidade patente de aumentar o efetivo de combate, conforme orientava a cúpula militar. Em segundo, a formação de tropas voluntárias foi um instrumento eficiente para mobilizar diversos grupos sociais para a defesa de Vargas, pois o alistamento envolvia processos de legitimação dos governos, central e estaduais, em oposição aos significados que São Paulo, em particular, e a Primeira República, em geral, representavam naquela conjuntura para os defensores do Governo Provisório. Por fim, a campanha do voluntariado também dificultava a ramificação do movimento paulista nos estados afastados do front, pois não era pequeno o número daqueles que, no mínimo, mostravam-se simpáticos ao movimento pela constitucionalização imediata (LOPES, 2014, p. 202-208). Se, para os articuladores de São Paulo, em especial a imprensa do estado, a ampla mobilização dos paulistas era um trunfo para intimidar o Governo Provisório e exaltar seus ideais (MISTRELLO, 2018, p. 171), o Governo Provisório também investiu na mesma estratégia.

Uma comunicação oficial sintetiza de modo exemplar como se deu a formação dos exércitos varguistas:

> Havendo chegado ao conhecimento das altas autoridades do país o boato de que se pretende convocar os reservistas com o fim de incorporá-los às forças em operações contra os sediciosos de São Paulo, cumpre a esta secretaria [do Palácio do Catete] declarar absolutamente inverídica semelhante notícia. O Governo Provisório sente-se forte e jamais cogitou de providência de tal natureza, destituída de qualquer fundamento e em flagrante desacordo com a espontaneidade com que, no Norte, no Centro e no Sul do país, se aprestam, para combater os rebeldes, numerosos contingentes, constituídos de forças do Exército, das polícias estaduais e de elementos de todas as classes, que acorrem aos quartéis, solicitando inclusão nas fileiras das tropas mobilizadas ou em organização. É precisamente para atender à insistência com que esses elementos, [...] que se resolveu, apenas, receber voluntários e, ainda assim, sob as condições de necessário selecionamento, de acordo com as suas aptidões militares.[11]

A opção do Governo Provisório pelo alistamento voluntário para o combate aos revoltosos paulistas era recurso militar, mas também, e talvez com mais

força, político. Isso fica mais evidente quando se constata, como visto na comunicação oficial acima, que foram preteridos os reservistas, que também tinham problemas de treinamento e formação (CASTRO, 2007; McCANN, 1982). Ao contrário do que afirma Hilton (1982, p. 171), a convocação obrigatória de reservistas não existiu, e os que ingressaram nas tropas do Governo Provisório o fizeram como voluntários, sendo a eles dada a preferência para o ingresso nas tropas irregulares em formação. Mesmo com inegável tensão, a opção pela incorporação de voluntários aos exércitos varguistas se manteve e foi se fortalecendo ao longo da guerra.

Além das verbas destinadas aos estados via delegacias fiscais com autorização do ministério da Fazenda, foram expedidos decretos federais indultando "sorteados militares do crime de insubmissão" – inclusive aqueles que "se encontrem presos, sentenciados ou por sentenciar" – desde que "se apresentem pontos em defesa do poder constituído". Além disso, foi autorizada a licença, com "todas as vantagens dos seus cargos", para "todos os funcionários federais que, em defesa do poder constituído, se incorporarem às forças em operações militares"[12]. Criando as mesmas facilidades, os interventores expediram determinações semelhantes.

O modo como os voluntários eram arregimentados nos estados variava de acordo com a postura de cada interventor. A eles eram enviadas poucas diretrizes que limitassem suas ações nesse processo – como, por exemplo, formarem grupos com quinhentos soldados para preencher os quadros de outros corpos (HILTON, 1982, p. 173), o que nem sempre foi seguido. O que marcou o alistamento de voluntários nos estados foi a ampla autonomia dos interventores, sendo autorizados diretamente por Vargas a arregimentaram o maior número possível de soldados, como ilustra correspondência do presidente a Juraci Magalhães, interventor da Bahia: "Autorizo-vos organizar tropas que puder e como achar mais conveniente"[13].

Esse foi o tom durante toda a guerra civil: Vargas estimulava a arregimentação de forças para a defesa do seu governo, o que, ao mesmo tempo, contribuía para o estrangulamento de possíveis ações contrárias ao seu governo pelo país, mostrando aos seus adversários força militar e política. Em 1º de outubro de 1932 – ou seja, três dias depois do início das negociações para a rendição junto ao Governo Provisório e menos de 24 horas antes da deposição do governo paulista, ato que encerrou a guerra – quando Bertino Dutra, interventor do Rio Grande do Norte, perguntou se deveria enviar mais um contingente do estado, "diante últimas notícias provável suspensão hostilidades", Vargas respondeu

que "continue enviando voluntários [de] acordo instruções anteriores"[14].

A rigor, as tropas que partiam dos estados seguiam pelos navios do Lloyd ou de trem, neste caso especialmente aquelas vindas do Sul do país. O destino principal era a cidade do Rio de Janeiro, apesar de haver registro de algumas tropas que desembarcaram direto no front. Na capital federal, algumas forças passavam por curto treinamento por não o terem realizado de modo adequado nos estados, e de lá partiam para as frentes de combate.

Os exércitos do Governo Provisório aturam em dois setores distintos. O primeiro, a chamada Frente Sul, foi comandada pelo general Valdomiro de Lima e combateu na fronteira de São Paulo com Paraná. O outro setor estava sob a responsabilidade do Destacamento do Exército de Leste, chefiado pelo general Góis Monteiro, o grande líder militar do Governo Provisório durante toda a guerra civil. Este setor foi a maior frente de combate de toda a guerra, atuando na fronteira do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, espraiando-se por toda essa região (HILTON, 1982, p. 112-113).

Foram nessas frentes de combate que tombaram centenas, talvez milhares, de soldados. Entre os soldados de São Paulo, o número de mortos varia entre 600 e 800, a depender do autor (SANTOS; MOTA, 2010, p. 13). Entre os exércitos do Governo Provisório, o número de baixas jamais foi divulgado e a melhor informação sobre esse dado vem de McCann (2007, p. 422): "A estimativa do adido militar dos Estados Unidos foi de 1050 mortos e cerca de 3800 feridos nas forças federais". A considerar essa informação, morreram diariamente em combate, em média, cerca de 12 pessoas que faziam parte dos exércitos varguistas.[15]

Feita essa exposição, cabe perguntar: qual o tamanho das tropas varguistas? Nelas, qual o peso que teve os voluntários? São duas perguntas que não possuem respostas simples.

Inicialmente, é importante registrar que o tamanho dos exércitos de São Paulo não é consenso na historiografia: 30.000 (deste, entre 10 e 12 mil eram voluntários) para Marco Antonio Villa (2008, p. 44-48); 35.000 (destes, 20.000 eram voluntários) para Stanley Hilton (1982, p. 104); 40.000 para Jeziel de Paula (1998, p. 172); 54.000 (sendo 40.000 voluntários) para Ilka Stern Cohen (2012, p. 21); e 70.000 para Frank McCann (2007, p. 421). Quanto aos exércitos varguistas, a discrepância entre os mesmos autores não é diferente: vai de 52.000 (HILTON, 1982, p. 121), passando por 55.000 (VILLA, 2008, p. 44), 80.000 (McCANN, 2007, p. 421), 100.000 (COHEN, 2012, p. 21), até chegar a 120.000 (PAULA, 1998, p. 172).

Como se observa, todos os autores colocam as tropas do Governo Provisório com efetivo maior do que as de São Paulo. Para alguns, muito maiores, para outros, nem tanto. Entre eles, a maior diferença é registrada por De Paula, 80.000 homens, enquanto a menor fica em 10.000 soldados para McCann.

Além disso, nenhum desses historiadores registra números para os voluntários arregimentados pelo Governo Provisório. Apenas pesquisas mais detidas nos estados podem chegar a números mais precisos quanto a esses combatentes. Uma estimativa construída analisando as tropas nortistas que participaram da guerra civil computou, de modo subestimado, diante das lacunas na documentação, 27.048 homens que saíram dos estados do Norte, sendo mais da metade voluntários (LOPES, 2014, p. 225-229).

Diante desses elementos, três pontos são fundamentais. Em primeiro lugar, é importante asseverar que o Norte foi o principal aliado do Governo Provisório na luta contra o constitucionalismo imediato, e esse apoio traduziu-se em soldados nos exércitos varguistas: mais da metade ou pouco menos de um quarto, a depender do número que se considere quanto às tropas federais. E isso não foi pouco. Em segundo lugar, a presença marcante de nortistas nos exércitos varguistas ajudou a construir a memória que se tem dessas tropas, em muito elaborada por autores paulistas ainda durante o conflito, o que perdurou – e ainda perdura. Por fim, considerar os exércitos do Governo Provisório como bem maiores do que as tropas arregimentadas em São Paulo – o que de fato ocorreu, mesmo que não se saiba ao certo em qual proporção – é um aspecto determinante para explicar, retoricamente, mais do que a derrota paulista, o discurso que prega a desqualificação daqueles que lutaram pela defesa do Governo Provisório.

As tropas do Governo Provisório: de bárbaros incivilizados a sujeitos não bestializados

> Na maioria das vezes inexperientes, mal ou apressadamente treinadas, dependentes dos parcos recursos federais, e frequentemente até sem resistência física necessária – embora, é interessante notar, o voluntariado do Norte e do Nordeste, comparado com o raro voluntariado da Capital Federal, parecesse até 'sóbrio, resistente, [e] combativo', pelo menos a um jovem capitão do EME chamado Henrique Teixeira Lott –, as unidades voluntárias, e mesmo as polícias estaduais eram recebidas nas

> frentes com ceticismo pelos comandantes, com exceção dos provisórios gaúchos, geralmente considerados os melhores guerrilheiros do país (HILTON, 1982, p. 175).

Por essa passagem, fica patente que não é novidade na historiografia que os exércitos do Governo Provisório na guerra civil de 1932 foram compostos por tropas de todo o país. Mas impressiona como existem poucos trabalhos analisando-os. Em alguns, inclusive produzidos por pessoas ligadas ao campo acadêmico, é comum a reprodução da versão sobre essas tropas varguistas construída no calor da guerra por intelectuais e escritores ligados a São Paulo, e perpetuada pela produção memorial sobre o conflito.

No imediato pós-30, em São Paulo, os discursos que justificavam o acirramento com o Governo Provisório – conhecido, na imprensa da época, como o "caso de São Paulo"[16] – tinham algumas marcas importantes. Foi feita a construção discursiva de São Paulo como um corpo harmônico, sem conflitos internos, no qual todos estavam irmanados na defesa da autonomia estadual e da constitucionalização. Esses dois últimos elementos foram exaustivamente recorrentes e difundidos – tanto dentro como fora do estado – nos discursos da elite política de São Paulo, organizada na Frente Única Paulista.

No entanto, quando dirigido à população, buscando mobilizá-la para, inicialmente, a oposição ao Governo Provisório, e, posteriormente, para o alistamento voluntário nas tropas de São Paulo, esses discursos ganhavam um outro elemento. A propaganda amplamente divulgada nos jornais, nas rádios e pelos oradores foi ancorada no regionalismo paulista, que vinha em construção desde o final do século XIX (FERREIRA, 2002; SOUZA, 2007)[17]. Ressaltava-se junto à população que era acima de tudo por São Paulo, unido e sem fissuras, que se lutava. O regionalismo paulista foi a pedra angular que unificou diversos setores sociais do estado na oposição ao Governo Provisório, associando metaforicamente o poderio econômico à excepcionalidade paulista diante dos demais estados da federação. Nesse processo, algumas imagens-símbolos foram centrais, como a figura do bandeirante, a ideia de São Paulo como o mais importante estado do país – a famosa "Locomotiva" – e o sentimento de "paulistanidade" como algo excepcional (BORGES, 1992; RODRIGUES, 2009; SANTOS; MOTA, 2010).

Na concepção desse regionalismo, os combatentes paulistas eram tidos como heróis, a partir da mobilização de um passado regional no presente conflituoso, enquanto seus adversários, especialmente aqueles que encaravam nos campos

de batalhas, eram a verdadeira antítese daquilo que representavam os ideais de São Paulo. Dito de modo mais claro: os paulistas, verdadeiros construtores da nação, imbuídos por nobres valores de liberdade, lutavam contra tropas movidas por dinheiro, fome ou baixeza moral causada, no mínimo, pelo desconhecimento sobre o quê se lutava. Não foi durante a guerra civil que o regionalismo paulista construiu São Paulo como superior ao restante do país (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 51-77; MAHL, 2008), mas durante o conflito armado ele é amplamente mobilizado e fortalecido pelo contexto político.

Um bom exemplo dessa construção durante a guerra civil está no *Jornal das Trincheiras*, importante e peculiar periódico destinado aos combatentes de São Paulo que estavam nos campos de batalhas. Ele foi editado por intelectuais e jornalistas paulistas e contava com amplo apoio do jornal *O Estado de São Paulo*, que inclusive emprestava suas oficinas para a impressão. Em suas páginas, buscava-se reforçar a pujança paulista nos esforços de guerra para derrotar as tropas do Governo Provisório, "descritas como debilitadas e mal alimentadas", ajudando a construir "a confiança de que era possível conquistar a vitória pela resistência" diante da precariedade do inimigo. O jornal também investiu no "humor". Nele foi publicada uma série de quadrinhos intitulada "As aventuras de Jeremias e Zoroastro – soldados dictotariaes", na qual os dois personagens principais, soldados nortistas, eram caracterizados como "mal equipados, descalços, feios, falando errado ou com sotaque carregado", além de serem "preguiçosos e, até mesmo, mal casados. Os personagens também revelam que foram convencidos a lutar contra São Paulo após receberem promessa de muita comida e muitas recompensas pelos 'tenentes" (MISTRELLO, 2018, p. 191-193).

No entanto, o "humor" utilizado nessa estereotipação guardava elementos mais profundos e recorrentes, articulados em sintonia com o regionalismo paulista que mobilizava São Paulo:

> Esse discurso agressivo da LDP [Liga de Defesa Paulista, responsável pela propaganda constitucionalista e pela edição do *Jornal das Trincheiras*] contra os aliados do Governo Provisório, efetuado acentuadamente no último mês da luta, não se resumia ao veio satírico, mas atingia outras dimensões na extensão do período bélico. A LDP insuflava o ódio dos soldados ao adversário, representando-o como responsável por todos os fatores negativos enfrentados na peleja. Neste ambiente, em que o tema da Constituição já se esvaía, a propaganda se faz em

> tom de dualismo: ao lado de São Paulo estaria a civilização, ao passo que secundaria Getúlio Vargas e os "tenentes" a barbárie (RODRIGUES, 2009, p. 171).

Essa caracterização xenófoba foi fundamental para a valorização e mobilização de uma identidade paulista naquela conjuntura de enorme acirramento político. Mas, essas ideias não foram interpretadas pela população paulista de modo homogêneo. Assim como houve resistências a elas, também existiram aqueles que as exacerbaram, alimentando durante a guerra civil o movimento separatista, que já existia antes do conflito (RODRIGUES, 2009, p. 68-75; 218; 286; SANTOS; MOTA, 2010, p. 53-70). Além disso, esses discursos não ficaram restritos a São Paulo. Durante a guerra, a imprensa de outros estados se apropriou deles para mobilizar voluntários para as tropas varguistas ressaltando a defesa do governo e do país diante das ofensas feitas pelos paulistas (LOPES, 2009, p. 73-87).

Além disso, dentro do estado de São Paulo, nesse discurso regional "a classe dominante paulista deixou de lado [...] os preconceitos raciais, sempre tão presentes em sua ideologia" quando tratava da incorporação de negros e índios nos exércitos de São Paulo. Ou seja, "esquecia-se momentaneamente as doutrinas que excluíam da normalidade o índio e o negro", que, agora "integrados na 'raça privilegiada dos paulistas', lutavam contra a 'raça degenerada' dos soldados da 'ditadura'" (CAPELATO, 1981, p. 29-31). Mas, mesmo com esse intento, autores apontam que "durante a guerra, o negro ficou simbolicamente 'de fora da constituição da raça paulista'", sendo considerados apenas como "homens negros em auxílio à causa paulista" (DOMINGUES, 2003, p. 209-210). Ou seja, por mais que forte e amplamente difundido, havia fissuras e reapropriações.

O que importa evidenciar aqui é que não se pode entender a força do regionalismo paulista durante a guerra civil de 1932 sem considerar como esse discurso interpretava os soldados que formavam os exércitos do Governo Provisório oriundos dos outros estados do país. Em resumo: durante a guerra civil, quanto mais os soldados paulistas eram exaltados, mais as tropas do Governo Provisório eram caracterizadas negativamente.

Para Barbara Weinstein, "todos os líderes da Revolução Constitucionalista justificaram sua rebelião contra o governo federal com alusões à superioridade de São Paulo", a partir de um "entendimento racializado sobre a nação brasileira", ancorado em uma percepção que relacionava raça, modernidade e civilização. Ou seja, os paulistas, a "vanguarda do progresso e da civilização",

brancos, eram culturalmente e economicamente superiores ao restante do país, visto como incivilizados e não-brancos. A amplitude dessas ideias durante a guerra impressiona, pois "virtualmente, em cada jornal diário, em cada revista popular, em cada rádio, em folhetos e panfletos distribuídos nas ruas, mesmo em cartas particulares e diários, pode-se encontrar [...] declarações sobre a inferioridade e barbárie dos brasileiros de outras regiões." Mas, nesses discursos havia distinções: "a despeito da guerra, havia uma solidariedade natural entre brasileiros brancos e de classe-média de diferentes estados," sendo "a 'mosca na sopa'" os "não-brancos nordestinos, cujo atraso e ignorância se transmutavam em hostilidade e inveja dos paulistas".[18] De modo mais claro e direto:

> Muitos líderes constitucionalistas mantiveram esperanças de receber apoio das facções anti-Vargas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, e tiveram que retratar essas regiões de maneira mais favorável; talvez elas fossem inferiores a São Paulo, mas a tendência entre os "moderados" [em oposição à corrente separatista] era enfatizar que eles compartilhavam o respeito às regras e à manutenção da ordem. Então, o que causava uma indignação comum? O norte/nordeste do Brasil, que eram consistentemente retratados como regiões atrasadas, ocupadas, principalmente, por povos primitivos e degenerados (WEINSTEIN, 2006, p. 289-296).

Desse modo, a derrota paulista não era explicada pela forte mobilização política e militar do Governo Provisório para enviar suas tropas para fronte sufocar os focos de apoio à causa constitucionalista. A "civilização paulista" foi derrotada por uma avalanche de fanáticos e esfomeados:

> Durante a breve fase do conflito armado em 1932, os correspondentes de guerra paulistas e os combatentes relutavam em admitir que as forças constitucionalistas estivessem em severa desvantagem técnica, uma vez que isso poderia contradizer a noção de que São Paulo estava longe de ser a região tecnologicamente mais avançada e materialmente mais próspera do Brasil. Ao invés disso, eles preferiam colocar a culpa nos milhares de "nortistas" que "fanaticamente" arremessavam seus corpos contra as tropas paulistas e esmagavam as forças constitucionalistas com sua superioridade numérica (WEINSTEIN, 2006, p. 290).

Tendo como base essa análise, três pontos precisam ser ressaltados. O primeiro é que, aos olhos de seus opositores, os exércitos do Governo Provisório tinham diferenças entre si, e não podiam ser encarados da mesma forma. Ou seja, os que eram considerados mais próximos de um ideal de "paulistanidade", civilização e padrão racial foram vistos com mais complacência, enquanto os nortistas eram os "outros" a serem repelidos, justamente por representarem o oposto daquilo do que era considerado civilizado pela elite paulista naquela conjuntura.

O segundo é que essa construção das tropas varguistas com considerável ênfase nos "nortistas" ao mesmo tempo em que ratificava a construção de uma ideia de superioridade paulista, também foi alimentada pela inegável presença desses sujeitos no combate aos constitucionalistas em armas. O Norte construído no imediato pós-30 foi a principal corrente política defensora do Governo Provisório e do regime discricionário, em oposição ao constitucionalismo imediato defendido pela elite paulista, fruto direto da ação de Juarez Távora, da Delegacia do Norte e dos interventores da região e isso foi reconhecido pelos opositores de São Paulo. Ou seja, a ideia de São Paulo como o grande modelo "civilizacional" do Brasil em oposição às regiões mais pobres e negras que vinha em elaboração desde, pelo menos, a Primeira República, mais do que nunca ganha força no contexto da guerra civil, por também alimentar-se das disputas de projetos políticos em curso. A forte presença de soldados nortistas nas tropas do Governo Provisório oblitera a participação dos outros estados, assim como – diante do enquadramento da memória do conflito feito por sujeitos ligados à São Paulo e da construção do regionalismo paulista – difundiu a concepção que aqueles que lutavam contra a constitucionalização imediata eram inferiores e, de certo modo, não possuem uma história digna de ser contada.

Por fim, a solidez desse empreendimento impressiona. Essa construção sobre os exércitos do Governo Provisório, em parte ou ao todo, ainda é recorrente nas obras sobre a guerra.

Stanley Hilton (1982, p. 174-175) afirma que "havia uma seca no Nordeste naquela época e a população faminta do interior naturalmente procurava as cidades em busca de solução para o problema". Para o autor, a mobilização de voluntários foi "repentina", desconsiderando assim todos os processos de instabilidade política e de ação dos interventores nos estados que marcaram o conflito e os meses que o antecederam. Nesta interpretação, para os voluntários do Norte "combater os paulistas oferecia a possibilidade de comer mais

regularmente e receber algum dinheiro, e isto explica, sem dúvida, a grande procura de vagas nos batalhões irregulares".

Jeziel de Paula (1998, p. 181-182) vai mais longe, mesmo que tente relativizar:

> As chamadas forças legalistas que apoiavam o governo militar de Vargas eram formadas, além de tropas regulares do Exército brasileiro e as milícias estaduais de todo o país – exceto São Paulo e Mato Grosso –, também por grupos armados chamados de *provisórios*. Tratava-se de forças civis irregulares compostas por mercenários pagos. Geralmente recrutados nos sertões, mais se assemelhavam a grupos de jagunços, pistoleiros e cangaceiros do que a unidades militares organizadas. Tal soldadesca logo recebeu por parte da população civil de São Paulo o apelido pejorativo de *pentes finos*, pois, segundo esses, aonde passavam *limpavam tudo*. Os depoimentos sobre essas tropas irregulares são muitos, porém, com certeza carregam boa dose de exagero. A maior parte deles, contudo, concorda que os *pentes finos* eram sobretudo valentes, pois entravam nos combates sem o menor temor. Não eram fardados e muitos deles guerreavam descalços; em ação, geralmente não obedeciam às ordens de seus superiores, nem tampouco possuíam tática militar.

Já Marco Antônio Villa (2008, p. 56) escreve que "milhares de retirantes foram alistados em batalhões voluntários – inclusive crianças e adolescentes", destacando como o envio de verbas para o combate às secas foi instrumentalizado no discurso das interventorias nortistas. Diz ainda que dos 900 soldados que compuseram um dos batalhões que saíram do Ceará, 800 "'eram jovens saídos dos campos de concentração dos flagelados"[19].

Esses três historiadores, com obras bastante difundidas sobre a guerra civil de 1932 – produzidas, respectivamente, no cinquentenário no conflito, no final do século XX e na primeira década do século XXI – reafirmam uma construção memorial sobre os exércitos varguistas elaborada nos anos de 1930 pelos opositores do Governo Provisório.

Walter Pinto de Oliveira (2012, p. 55-58), em sua dissertação de mestrado que analisa o movimento armado em favor de São Paulo ocorrido no Pará durante a guerra, segue o mesmo rastro. Ao tratar do alistamento de soldados paraenses para a defesa do Governo Provisório, diz que o intenso voluntariado se deveu à "coação ideológica". Ela era feita pelo interventor e muitos dos voluntários

eram estimulados ou por "ganhos pecuniários", como o salário pago para quem se voluntariasse, ou por "estratégia para auferir alguma vantagem" quando, e se, retornassem, como empregos ou favorecimentos diversos (promoções, pensões, passagens, etc.) por parte da interventoria.

Outros exemplos existem, também em obras produzidas por não-acadêmicos. José Alfredo Vidigal Pontes (2004, p. 129), em livro publicado em 2004 com o apoio do jornal *O Estado de São Paulo*, periódico que defendeu a causa constitucionalista, afirma que "as forças federais mobilizaram mais de 300 mil homens, rotativamente, envolvendo tropas do Exército, da Marinha, das polícias militares estaduais e dos 'provisórios', recrutados com a oferta de soldos – muito deles verdadeiros mercenários que, no Sul, tiveram na guerra uma alternativa ao desemprego e, no Nordeste, à grande seca que atacava a região".

Hernâni Donato (1982, p. 198-199), em obra publicada em 1982, afirma:

> Para muitos recrutados com o destino de combater São Paulo, tratava-se, sinceramente, de atuar em uma guerra santa. Lutaram contra os constitucionalistas com fervor até maior do que se o fizessem contra estrangeiros. Embora esse ardor seja das características das guerras civis, a eficiente propaganda do governo provisório transformou aquela campanha política em cruzada patriótico-cívico-religiosa. [...] Muitos pelotões, principalmente de "voluntários", "sertanejos", "recrutas", desceram do norte e do nordeste animados por verdadeiro espírito de cruzada cívico-religiosa: libertar São Paulo dos terríveis comunistas, inimigos da religião, da pátria, que se haviam apoderado daquele Estado e desejavam mantê-lo separado do resto do Brasil brasileiro e cristão.

O mesmo autor volta à carga, em outra obra, vinte anos depois: "Alfredo Sertã, prefeito de Parati, descreveu o aglomerado ali reunido para a tomada de Cunha: 'Fuzileiros navais, marinheiros, grumetes, soldados do Exército, da polícia do Distrito Federal e da polícia do Estado do Rio, batalhões improvisados no Norte, com cangaceiros etc. e outros com vadios do Distrito Federal". Tomando esses relatos como verdades, sem qualquer relativização sobre eles, continua: "a mobilização do Governo Provisório alcançou alinhar cerca de 350.000 combatentes, gente do Exército, da Marinha, das Forças Públicas estaduais, de 'provisórios', 'patriotas' e outros" (DONATO, 2002, p. 87, 132). Hernâni Donato

foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – do qual foi presidente entre os anos de 1993 e 1998 – e da Academia Paulista de Letras, ou seja, instituições que, historicamente, constroem e zelam a memória oficial do estado e sua produção não pode ser pensada sem considerar esses ambientes nos quais teve destaque. Essas passagens são claras ao retratarem os soldados do Governo Provisório como fanáticos religiosos, que lutaram contra inimigos que só existiam nas imaginações alimentadas pelas mentiras do Governo Provisório. A utilização de aspas nas adjetivações já marca, de modo irônico, que essas categorias não se aplicam aos soldados que defenderam o Governo Provisório, assim como, os "outros" citados indicam uma massa amorfa e inclassificável de combatentes.

No seu livro, *1932: a guerra paulista*, Hélio Silva (1967), mais do que uma narrativa sobre a guerra, se propôs a publicar várias fontes sobre o conflito – não só oficiais, mas também matérias de jornais, cartas, telegramas, trechos de livros de memórias e tantos outros, colhidos até em arquivos pessoais, como o do próprio Getúlio Vargas. Um desses documentos é o "Relato inédito e inacabado de Antônio de Alcântara Machado, e cedido ao autor por seu irmão Basílio Machado Neto". Esse relato é intitulado por Silva como "Capítulo inédito", diante da primazia na publicação. No texto, em primeira pessoa, Alcântara Machado[20] descreve as negociações que se deram a partir de 2 de outubro de 1932, e as viagens que faz pelo interior paulista neste período. Uma passagem desse documento é bastante significativa da depreciação das tropas do Governo Provisório:

> Chega de Cruzeiro um Ford com placa do Distrito Federal, guiado por um cabeça-chata. Um gorducho aveadado de cavanhaque, com um grande anelão de pedras falsas (rubi com chuveiro de brilhantes) no indicador da mão direta, desce do Ford e nos examina atentamente. [...] Outros passageiros do Ford se aproximam. Entre eles um major do Exército [...]. O major é bacharel e positivista e projeta estabelecer a pena de morte para certos crimes, como o latrocínio, por exemplo na zona ocupada pelas tropas federais. Nada para aplicar, mas para assustar e conter assim os bandidos. Porque no meio da tropa há muito bandido. É fatal. Há muito sujeito ruim, facínora (SILVA, 1967, p. 233-237).

Certamente há outros exemplos, produzidos ao longo dos noventa anos que

se contam desde o fim da guerra civil. O que obras acima analisadas deixam claro é que os exércitos varguistas são descritos a partir da reprodução de um discurso que os definiu, em plena guerra, como sertanejos esfomeados, mercenários sanguinários ou bandidos. O único valor que essas tropas tinham era o grande número de soldados. Isso certamente explica a discrepância numérica em várias obras quanto ao tamanho das tropas em combate. Os exércitos do Governo Provisório ainda são vistos pela ampla maioria da historiografia sobre a guerra civil de 1932 de modo panorâmico e com pouco aprofundamento, desconsiderando as dinâmicas próprias que explicam sua formação e estrutura.

Não se quer aqui negar as dificuldades e as precariedades entre os voluntários nas tropas do Governo Provisório. Mas não se pode considerá-las como os únicos elementos que explicam essas forças, nem ponderar que houve também nas tropas de São Paulo aqueles que ingressaram motivados pela pobreza e sem terem muitas certezas sobre o que, ao final de contas, se lutava (DOMINGUES, 2003, p. 214-215; HILTON, 1982, p. 153-157; RODRIGUES, 2009, p. 202-206; SANTOS; MOTA, 2010, p. 28-29). As tropas voluntárias do Governo Provisório, certamente, não eram homogêneas, e, em uma conjuntura tão conturbada, não podem ser compreendidas sem levar em conta os contextos locais, nos quais melhor se percebe as necessidades, carências, envolvimento e composição.

No caso dos voluntários cearenses, por exemplo, evidencia-se que havia sim entre os alistados uma quantidade considerável de retirantes da seca que assolava o estado, mas, ao mesmo tempo, esses sujeitos, ao ingressarem nos exércitos varguistas, estavam conscientes da estratégia que adotavam para sobreviver. No estado, a interventoria estadual buscou mobilizar a população para o combate, quer no front, quer na retaguarda, criando uma importante legitimação para o governo em um momento tão conturbado. Os batalhões cearenses, além de retirantes, também possuíam reservistas, operários, funcionários públicos, estudantes, promotores, enfim, uma gama de pessoas que ingressaram nas tropas estimulados por outras questões, e não simplesmente pela busca de algum recurso imediato que os livrasse da fome (LOPES, 2009). Muitos desses engrossaram as fileiras militares governistas por acreditarem na revolução de 30 e em suas lideranças a partir da leitura que faziam daquela realidade naquela conjuntura.

No Norte, em geral, o mesmo pode ser observado. Antes do início do conflito, em plena crise política que culmina com a guerra civil, houve um processo de mobilização junto à população de modo semelhante ao que ocorreu em São Paulo, mas pela defesa de ideais opostos. Entre janeiro e março de 1932, como

ápice desse processo, por 72 dias, Juarez Távora viajou ao Norte, e com uma série de eventos públicos, comícios, *meetings*, entrevistas, banquetes, liderou um movimento popular, ao lado dos interventores e militares, pela defesa do Governo Provisório a partir do combate ao constitucionalismo imediato. Elementos como esse são fundamentais para explicar a presença de bacharéis, estudantes, acadêmicos, reservistas, veteranos de outros combates, desportistas, bombeiros e trabalhadores diversos entre os milhares de voluntários que partiram da região (LOPES, 2014).

As tropas do Governo Provisório também foram formadas por oficiais, soldados e voluntários com um perfil semelhante ao das tropas paulistas, tanto em suas motivações políticas quanto pelas possibilidades de conseguir algum recurso financeiro. Se para muitos, o ingresso nas tropas voluntárias era uma questão de estratégia e tática (CERTEAU, 1994) ou uma solução que surge no campo de possibilidades (VELHO, 1999), para tantos outros, defender o Governo Provisório era uma causa que envolvia interpretações políticas complexas (GIRARDET, 1987), ancoradas, dentre outros elementos, em um imaginário social historicamente construído (BACZKO, 1986). Ou tudo isso junto, e muito mais. Como nos ensina René Rémond (2003, p. 446-447), em uma passagem elucidativa para os pontos centrais desse artigo:

> Sabe-se agora de maneira irrecusável que as escolhas políticas dos indivíduos não lhes são imperativamente ditadas pelo seu *status* socioprofissional, e que eles tomam muitas vezes partidos que não coincidem com seus interesses materiais. Não nos livramos desta objeção, na qual tropeçam os empreendimentos reducionistas, insinuando que os indivíduos não têm ainda uma clara consciência de seus verdadeiros interesses, mas que com o tempo e uma educação adequada, se reduzirá com certeza a fratura entre o social e o político. Livre para crer nisto e desejá-lo, o historiador não o é para enunciá-lo como certeza objetiva. Ele deve admitir que os homens são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias. Nada impõe tanto essa certeza quanto o fenômeno da guerra, que continua a ser o mais irredutível a toda explicação lógica, por sua profunda irracionalidade: em termos puramente racionais, nada pode justificar que o indivíduo consinta em perder a vida. Forçoso é reconhecer que há mais coisa em política que nos sistemas de explicação.

Não se pode cair – ou continuar reproduzindo – reducionismos. Aqueles sujeitos que colocaram suas vidas em risco na guerra civil de 1932não fizeram isso de modo "selvagem" e "incivilizado". Ou melhor, não fizerem isso "bestializados", para ficarmos em um exemplo clássico de como determinados sujeitos históricos foram retratados por certa elite em outro momento importante da república brasileira (CARVALHO, 1987).

Considerações Finais

Ainda há muito o que se compreender e investigar sobre a guerra civil de 1932,especialmente no que se fere à construção da defesa política e militar do Governo Provisório. Não se trata de simplesmente romper com "a literatura constitucionalista", mas situá-la no contexto de sua produção, problematizá-la e relacioná-la com as lembranças e os esquecimentos promovidos nos processos de enquadramento de memória. Como afirma Abreu (2010, p. 18-19):

> Na verdade, pode-se ler a literatura constitucionalista como um esforço para enquadrar a memória do evento. Neste movimento, [...] pode-se surpreender a coesão de um grupo social, os recursos de linguagem utilizados e as imagens-lembrança acionados para fixar a recordação do evento. Em poucas palavras: ao construírem a memória do evento político, tratavam de delimitar a escrita histórica do mesmo num futuro mais distante. Ao mesmo tempo, em seu presente, o efeito esperado da "aluvião" de livros revolucionários era determinar os rumos da política. A variedade desta narrativa interessada de 1932 efetuada pelos "constitucionalistas" ultrapassa os testemunhos, memórias e relatos das batalhas, ganhando outras formas, da poesia ao romance. A partir do uso de todas estas formas literárias, 1932 se convertia em ponto no tempo que marcava o sacrifício, a unidade regional, a luta por autonomia e democracia.

Na busca por legar ao futuro valores que enobrecem o povo paulista e suas lutas, grande parte das produções sobre a guerra civil de 1932 menosprezaram as tropas do Governo Provisório. É preciso ir além.

Quer fossem retirantes ou trabalhadores, reservistas ou revolucionários nortistas, cearenses ou cariocas, camponeses ou classe média urbana, esses personagens eram sujeitos históricos com experiências e que, a partir delas,

faziam suas escolhas. Não podem ser encarados como seres passivos movidos apenas pela fome ou por dinheiro, manipulados, títeres, vítimas das mentiras dos discursos das lideranças políticas. Eles participaram do conflito interpretando a realidade e apropriando-se de experiências políticas anteriores, de medidas e falas governamentais, de oportunidades de sobrevivência e de tantos outros elementos presentes em tão incerta e conflitante conjuntura.

Os voluntários e militares de São Paulo não fizeram as batalhas sozinhos, por mais que eles sejam bem mais lembrados e exaltados quando se pensa o maior conflito bélico brasileiro do século XX. Já é hora daqueles que constituíram as tropas do Governo Provisório na guerra civil de 1932 serem estudados com um olhar cuidadoso, atento e criativo, que rompa com a representação criada para eles justamente por seus adversários.

Referências

ABREU, Marcelo Santos de. *Os mártires da causa paulista*: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957). 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes.* São Paulo: Cortez, 2009.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *In*: *ENCICLOPÉDIA Einaudi.* Porto: Imprensa Nacional, 1986. v. 5.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *Revista de História*, São Paulo, v. 45, n. 91, p. 203-260, jul./set., 1972.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932 e a causa paulista.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, Florentino de. *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo*: solução imediata dos grandes problemas sociais.São Paulo: Entremares, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder

desestabilizador. *In*. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019a. p. 29-94.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. *In*. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019b. p. 95-148.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. *In*. Gomes, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania*: justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 239-259.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.

COHEN, Ilka Stern. Quando perder é vencer. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 82, p. 18-21, 2012.

DOMINGUES, Petrônio José. Os "Pérolas Negras": a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29/30, p. 199-245, 2003.

DONATO, Hernâni. *A revolução de 32*. São Paulo: Círculo do livro, 1982.

DONATO, Hernâni. *História da revolução constitucionalista de 1932*: comemoração aos 70 anos do evento. São Paulo: Ibrasa, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FGV CPDOC - FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, [2021]. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 4 dez. 2021.

O FLUMINENSE. Niterói, 22 jul. 1932.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORI, Humberto. Guerra. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UNB, Brasília, 1998. p.

571-577.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira*: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 out. 1932.

LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios*: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LOPES, Raimundo Helio. *Um vice-reinado na república do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a guerra de 1932*. 2014. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

LOPES, Raimundo Helio. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. *In*. RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019. p. 19-40.

MAHL, Marcelo Lapuente. O paulista e o outro: a construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). *In*: FERREIRA, Antonio Celso e MAHL, Marcelo Lapuente (org.). *Letras e identidades*: São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume, 2008. p. 27-47.

McCANN, Frank D. O serviço militar obrigatório. *In*: McCANN, Frank D. *A nação armada*: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Recife: Ed. Guararapes, 1982. p. 15-53.

McCANN, Frank D. *Soldados da pátria*: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MISTRELLO, Lucas Palma. *Palavras de revolução e guerra*: discursos da imprensa paulista em 1932. Jundiaí: Paco, 2018.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida*: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PAULA, Jeziel de. *1932*: imagens construindo a história. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de

Janeiro, v. 1, n. 3, p. 3-15. 1989.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *O Brasil se revolta*: o caráter nacional de um movimento democrático. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2004.

RÉMOND, René. Do político. *In*: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

RIBEIRO, Felipe Castanho. *O Distrito Federal na Guerra de 1932*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2018.

RODRIGUES, João Paulo. *Levante "Constitucionalista" de 1932 e a força da tradição*: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Guerra e Guerra Revolucionária. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 8, p. 31-41, 1997.

SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. *São Paulo 1932*: memória, mito e identidade. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Hélio. *1932*: a Guerra Paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, Campinas, n. 13, p. 151-171, 2007.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VILLA, Marco Antonio. *1932*: imagens de uma Revolução. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. Raciolizando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Esboços – Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006.

Notas

[1]Doutor em História, Política e Bens Culturais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV (2014). Tem experiência na área de História Política Republicana Brasileira, com ênfase nos temas

referentes à Primeira República e ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Atualmente é professor do Instituto Federal Fluminense.

[2]Do mesmo autor, ver também Pollack (1992).

[3]Para obras publicadas imediatamente após a guerra e que fogem da narrativa ufanista paulista, ver Rodrigues (2009, p. 270-273; 306-314) e Abreu (2010, p. 89-90).

[4]Sobre o conceito de guerra civil, escreve Humberto Gori (1998, p. 572), que ele se aplica quando "conduzida entre membros de um mesmo grupo organizado (cidadãos de um mesmo Estado)". Héctor Luis Saint-Pierre (1997, p. 34) apresenta uma conceituação semelhante, contudo mais complexa: "A guerra pode ser empreendida dentro de um mesmo Estado por duas facções ou partidos que dividam o país e que disputem entre si o monopólio legítimo da violência para o mesmo território. Neste caso, o conflito bélico é chamado de 'guerra civil'. Nela, a maioria das vezes se confrontam compatriotas com a mesma nacionalidade, cultura, língua, tradições etc."

[5]A obra de Florentino de Carvalho ganhou uma nova edição em 2018 (CARVALHO, 2018).

[6]Ver também os verbetes "Vespasiano Barbosa Martins", "Leônidas Antero de Matos", "Bertoldo Klinger" e "Revolução de 1932" (FGV CPDOC, [2021]).

[7]Para a força pública de Santa Catarina, entre outros, "De regresso à sua sede a força pública catarinense", Jornal Correio da Manhã (1932, p. 3). Para a polícia fluminense, entre outros, "O 4º batalhão provisório da Força Fluminense pronto para seguir para o 'front'", Jornal O Fluminense (1932, p. 1). Durante a guerra civil, a polícia do Distrito Federal foi colocada sob o comando da 1ª Região Militar para contribuir com as operações militares (RIBEIRO, 2018).

[8]Ver verbetes "Juscelino Kubitschek" e "Benjamim Vargas" (FGV CPDOC, [2021]).

[9]Os valores que os voluntários recebiam sofriam variações em cada estado: no Ceará, foi 117$000 mensamente, enquanto no Pará,a diária era no valor de 3 mil e 500 réis. Respectivamente, Lopes (2009, p. 145) e Oliveira (2012, p. 58).

[10]Para a voluntários catarinenses ver "O voluntariado de Santa Catarina", Jornal Correio da Manhã (1932, p. 4).

[11]"Não haverá convocação de reservistas – uma nota do Palácio do Catete desfazendo o boato", Jornal Correio da Manhã (1932, p. 1).

[12]Ver, respectivamente, Jornal Correio Da Manhã (1932) e Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 17 – Ministérios. 17.11. Ministério da Viação e Obras Públicas. 12 de agosto de 1932.

[13]Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 14 – Governos Estaduais. Bahia: 14.4. 23 de julho de 1932.

[14]Idem. Rio Grande do Norte: 14.17.

[15]A ideia para esse cálculo veio de Jeziel De Paula, que o fez para os combatentes de São Paulo que tombaram durante a guerra. Para o autor,considerando apenas 634 mortos do lado de São Paulo, a média diária foi maior que sete (PAULA, 1998, p. 181).

[16]A conjuntura política e militar que culmina com a guerra civil é complexa, e analisá-

la aqui ultrapassa os limites desse artigo. Sobre como a imprensa paulista atou nesse processo, ver Borges (1992). Sobre como as categorias "ditadura" e "Poder Discricionário" foram utilizadas favoravelmente pelo Governo Provisório no debate acerca da constitucionalização, ver Lopes (2019).

[17]Durante a guerra civil, a visão do grupo "Verde-Amarelo"acerca do regionalismo paulista teve mais proeminência. Segundo Ferreira, esse grupo fazia "uma defesa sem disfarces do regionalismo, entendido como fundamento da brasilidade", sendo a "região tida como o cerne da nacionalidade, em virtude de um conjunto de fatores geográficos, socioculturais e raciais interligados". Nessa perspectiva, "as suas propostas possibilitaram a aproximação do modernismo com as correntes políticas e intelectuais conservadoras de São Paulo, num enlace que alcançou o êxtase em 1932" (FERREIRA, 2002, p. 328-329). Ainda sobre os intelectuais ligados ao "verde-amarelismo" e a guerra civil de 1932 ver também Rodrigues (2009).

[18]Vale registrar que este instigante artigo, em linhas gerais, busca apresentar que o conceito de "democracia racial" concorria com outras propostas de construção de identidade nacional, mas ele, a despeito de toda a crítica que se tenha, "imaginou uma versão muito mais inclusiva para a comunidade nacional brasileira do que o oferecido pela intelectualidade paulista. [...] O regionalismo de Freyre produziu uma visão de nação que poderia ressoar tanto as aspirações das elites quanto as aspirações populares, de uma maneira que a visão explicitamente racista, excludente e hierárquica dos paulistas não poderia" (WEINSTEIN, 2006. p. 298). Ressalto também que o debate racial em São Paulo vem desde o final do século XIX e com o final da guerra civil de 1932 ele passou por certas reconfigurações, dialogando com a derrota de São Paulo. Sobre isso, ver Santos e Mota (2010), especialmente os capítulos 3 e 4.

[19]O autor se ampara no livro autobiográfico *Memórias*, publicado em 1979,por Gregório Bezerra – importante líder comunista que, durante a guerra civil de 1932, foi instrutor e um dos oficiais do 1º batalhão provisório cearense.

[20]Alcântara Machado, importante escritor do movimento modernista, atuou na guerra civil de 1932 na defesa de São Paulo e foi neto, filho e irmão de políticos paulistas.

Recebido em 27/12/2021 - Aprovado em 11/04/2022